

Desestatização: modelo será definido em julho

Nos bastidores, há planos de adiantar o processo para fugir do calendário eleitoral

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

O modelo de gestão desestatizada do Porto de Santos deve ser definido no fim de julho, quando os estudos seguirão para a avaliação e aprovação do Ministério da Infraestrutura. A informação é do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nos bastidores, há planos do Governo Federal de adiantar a desestatização do cais santista para fugir do calendário eleitoral do próximo ano.

A previsão oficial, divulgada pelo Ministério da Infraestrutura, é que o edital de leilão da Autoridade Portuária de Santos (APS) será publicado no segundo trimestre do ano que vem. Isto só pode acontecer após as etapas de consulta e audiência pública. Todo o processo custou R\$ 23,8 milhões ao Governo Federal.

Porém, é possível que o processo seja acelerado. O objetivo é evitar atrasos causados pelo processo eleitoral. No ano que vem, haverá votação para a escolha do presidente da República, dos governadores, senadores e deputados estaduais e federais.

Segundo apurado pela Reportagem, os defensores da ideia de adiantar a desestatização querem aproveitar o momento de vontade política, já que a privatização da administra-

ção do Porto de Santos é uma prioridade do atual governo, e o fato de os trabalhos estejam bem encaminhados.

O problema, nesse caso, é a necessidade de aprovação de todos os estudos referentes a essa privatização pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Por isso, os planos incluem agilizar a entrega dos dados – uma das últimas fases do processo.

Esses levantamentos são feitos pelo consórcio Dagnl, que conta com a DTA Engenharia como líder e com as empresas Alvarez e Marçal Consultoria em Engenharia, pela Garin Infraestrutura Assessoria e Participações Ltda e com os escritórios de advocacia Lobo & De Rizzo e Navarro Prado.

Após serem aprovados pelo TCU, os dados serão repassados ao BNDES, que é responsável pelo processo de desestatização. De acordo com o banco, depois, o

projeto passará pela tomada de decisão dos órgãos responsáveis e será aberta consulta pública, o que deve acontecer até setembro deste ano.

Procurada, a APS informou que tem mantido reuniões semanais com o BNDES e com o consórcio contratado para conduzir a desestatização. Além disso, segundo o Ministério da Infraestrutura, diversas discussões e visitas técnicas foram realizadas com usuários do Porto de Santos desde o ano passado.

PRÉVIA

O leilão da APS seguirá algumas premissas adotadas na desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Segundo o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni, o planejamento de longo prazo e a regulação da atividade



CARLOS NOGUEIRA

Leilão da Autoridade Portuária será realizado no ano que vem

portuária devem ser mantidos sob o comando do Poder Público.

O que se sabe até agora é que o leilão de privatização da estatal deve restringir a participação de operadores portuários. A ideia é evitar desequilíbrios concorrenciais e conflitos de interes-

ses no cais santista durante o período de gestão privada da administração portuária.

Outra estimativa importante é que, apenas no cais santista, são esperados ao menos R\$ 10,5 bilhões de investimentos do novo concessionário.